

**Migrações de retorno ao Nordeste: dinâmicas,
motivações e novos desafios frente às consequências
desse fenômeno migratório**

***Return migration to the Northeast: dynamics,
motivations and new challenges facing the
consequences of this migratory phenomenon***

***La migración de retorno al Noreste: dinámica,
motivaciones y desafíos frente de las consecuencias de
este fenómeno migratorio***

Élcio Gustavo Benini¹
Daniel Teotônio do Nascimento²
Maicon Moreira Leite³

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Professor Adjunto da Escola de Administração e Negócios (ESAN) da UFMS. Atua no Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Administração e no Mestrado Profissional em Administração Pública (Profiap). E-mail: elciobenini@yahoo.com.br

² Doutorando em Administração pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Mestre em Administração pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: danielteotonio@hotmail.com

³ Administrador pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: mlmaicon@yahoo.com.br

Resumo: A dinâmica demográfica brasileira, sobretudo na primeira metade do século XX, foi intensamente caracterizada pelo deslocamento de massas rumo aos maiores centros urbanos do país. Entretanto, nas duas últimas décadas do século, observou-se um fluxo migratório considerável de pessoas que retornavam aos seus Estados de origem. Assim, esta pesquisa teve como objetivo ampliar o entendimento dessa dinâmica populacional caracterizado como migração de retorno, notadamente realizado entre migrantes nordestinos que deixam as duas maiores regiões metropolitanas nacionais e retornam à terra natal. A partir do processo de interpretação das variações registradas a fim de entender a razão dos números da migração, conclui-se que uma significativa fração da população, principalmente a de menor condição financeira, é suscetível às consequências que as transformações de caráter fundamentalmente econômico e relacionada à qualidade e projeção de vida lhe impõe, independentemente da região de morada, forçando até mesmo o retorno.

Palavras-chave: retorno; migração; lugar; população; Nordeste.

Abstract: The Brazilian demographic dynamics, especially in the first half of the twentieth century, was intensely characterized by mass displacement towards the largest urban centers in the country. However, in the last two decades of the century, there was a considerable migratory flow of people returning to their States of origin. Thus, this research aimed to broaden the understanding of this population dynamics characterized as return migration, especially among northeastern migrants who leave the two largest metropolitan regions of Brazil and return to their homeland. From the process of interpretation of the variations recorded in order to understand the reason for migration numbers, it is concluded that a significant fraction of the population, especially the one with a lower financial condition, is susceptible to the consequences that the transformations of a fundamentally economic and Quality and projection of life imposes on him regardless of the region of residence, forcing even the return.

Key words: return; migration; place; population; Northeast.

Resumen: La dinámica demográfica de Brasil, especialmente en la primera mitad del siglo XX, fue fuertemente caracterizan por el desplazamiento de las masas hacia los principales centros urbanos del país. Sin embargo, en las últimas dos décadas del siglo, se produjo una migración considerable de personas que regresan a sus países de origen. Por lo tanto, esta investigación tuvo como objetivo ampliar la comprensión de la dinámica de poblaciones caracterizadas como la migración de retorno, lleva a cabo principalmente entre los migrantes del noreste que dejan los dos mayores áreas metropolitanas nacionales y regresan a su tierra natal. Desde el proceso de interpretación de las variaciones registradas con el fin de comprender la razón de la migración de los números, estamos a la conclusión de que una fracción significativa de la población, sobre todo la condición financiera menor, es susceptible a las consecuencias que las transformaciones de carácter fundamentalmente económicos y relacionados la calidad y la vida de proyección imponen con independencia de la región de dirección, forzando incluso el retorno.

Palabras clave: regresar; migración; lugar; población; Noreste.

1 INTRODUÇÃO

O dinamismo populacional foi fator marcante, durante o século XX, no contexto. O que antes era caracterizado por políticas de apoio e atração da imigração internacional, sobretudo de modo a fortalecer o cenário agrícola de determinadas regiões brasileiras, contribuiu, em um segundo momento, para um acelerado processo de iniciação de indústrias, aliado a avanços nas áreas agrícola, política, de ferramentas e tecnologias que, por sua vez, impulsionaram à expansão cafeeira e permitiu o surgimento das primeiras áreas com incipiente industrialização no Brasil, áreas essas que, em um cenário pouco distante, se tornariam polos receptores de migração interna do país. E esse processo, segundo Fausto Brito (2009), fez com que a sistemática de urbanização crescesse de um modo bastante desordenado criando fortíssimos desequilíbrios regionais.

No início e significativa parte do século passado, o Brasil foi um país de população predominantemente rural e, somente a partir da década de 1960, passou a ter mais residentes em áreas urbanas, evidentemente impulsionado pelo fenômeno conhecido como êxodo rural, o que notadamente se configurou como um componente fundamental na estrutura da sociedade brasileira e criou uma série de novos desdobramentos dentro deste já complexo país de dimensões continentais.

Cabe o registro de que as pesquisas sobre migração e seus mais diversos aspectos têm sido vastamente desenvolvidas ao longo das últimas décadas, dada à inegável importância do tema. No entanto nota-se que, no caso específico da migração de retorno, o material produzido ainda é relativamente pouco representativo, apesar de contar com alguns referenciais importantes. Nesse sentido, esta pesquisa teve como objetivo ampliar o entendimento dessa dinâmica, as motivações e as consequências de um fenômeno social recente na história do Brasil, o deslocamento populacional caracterizado como migração de retorno,

notadamente realizado entre migrantes nordestinos que deixam as duas maiores regiões metropolitanas nacionais e retornam à terra natal.

Conforme o estudo de Muniz (2002), a motivação principal do fenômeno é notadamente o aspecto financeiro, pois com o desenvolvimento de determinados aspectos dessas áreas outrora exclusoras, seus oriundos encontram motivação para o retorno. Já para Cunha (2000), a explicação do fenômeno migratório, apesar de ainda passar por explicações econômicas, faz-se também por uma nova cultura migratória e com outros determinantes envolvidos e com significados diferentes, como uma transformação social. Por outro lado, Brito (2009) chama a atenção para o fato de que muitos dos migrantes encontram cenários absolutamente desfavoráveis nas grandes metrópoles, em particularidades como aumento da violência e de custo de vida, e isso os motiva significativamente na decisão da volta.

O presente artigo está estruturado em cinco sessões. Na segunda sessão, descreve-se o delineamento metodológico utilizado no desenvolvimento do estudo. Na terceira sessão, apresenta-se a fundamentação teórica que deu suporte ao estudo. Já o foco da quarta sessão é a apresentação e análise dos dados obtidos coletados e, por fim, na última sessão, são elencadas as considerações finais.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo central deste estudo baseia-se, de modo preponderante, em aspectos exploratórios descritivos, de modo que, ao se fazer uma análise exploratória dos dados apresentados em censos de órgãos oficiais do governo brasileiro, procura-se estabelecer variáveis explicativas para o processo migração de retorno.

E quanto ao procedimento de pesquisa e análise, examinou-se inicialmente dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) relativos à Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílios

(PNAD), considerando as variações de saldos migratórios ao longo dos períodos compreendidos entre os anos de 2001 e 2013, e de levantamentos do próprio IBGE relativos às três últimas décadas do século passado, quando ainda não havia a PNAD. Logo após, prosseguiu-se com o processo de interpretação das variações registradas a fim de se entender a razão de tais números, sobretudo de modo a saber se essa evasão das metrópoles é motivada pelo agravamento de dificuldades encontradas nas regiões receptoras ou se o nordeste, no passado região de evasão populacional, de alguma forma agora exerce algum poder de atratividade sobre seus então migrados.

Sob uma ótica analítica, estabeleceram-se análises qualitativas e quantitativas, pois, ao se trabalhar com aspectos que envolvam números populacionais, essa dinâmica carece de análises dessa natureza, permitindo a verificação de como essas questões de ordem socioeconômica se refletem no dia a dia das sociedades que interagem diretamente com cenários dessa natureza.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção, apresenta-se o suporte teórico que fundamenta o presente trabalho a respeito da migração de retorno, abordando os temas: a conceituação de migração, sua base motivacional, bem como suas consequências; os cenários evidenciados pelos números, a partir de dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes à Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílios (PNAD) relativos aos últimos quinquênios pesquisados. Nesses cenários, então, é de fato constada a efetividade do recente fenômeno migratório brasileiro, conhecido como migração de retorno, de modo a entendermos que mudanças têm apoiado a decisão de uma nova migração para essas pessoas que, em um passado, optaram por deixar sua terra natal em busca de uma vida melhor nas metrópoles do sudeste.

3.1 Migração, base motivacionais e consequências

O conceito de migração é bastante complexo e derivado de múltiplos prismas, evidenciado já na definição a seguir:

[...] mudança permanente ou semi-permanente de residência. Não se põem limitações com respeito à distância do deslocamento, ou à natureza voluntária ou involuntária do ato, como também não se estabelece distinção entre a migração externa e a migração interna. (LEE, 1980, p. 99).

O fenômeno migratório é basicamente trabalhado sob duas perspectivas distintas, mas que, até certo ponto, são complementares e inseparáveis quando analisadas sob o aspecto macro, dado que, por se tratar de uma problemática humana, sempre haverá uma complexidade a ser considerada. A primeira abordagem trabalha o conceito de escolha individual, e a segunda, uma visão chamada de histórico-estrutural.

Dentro da perspectiva de escolha individual, a ponderação racional de custos e benefícios ligados à migração é o fator determinante, conforme cita Massey (apud MUNIZ, 2002, p. 03):

O modelo de custo/benefício baseia-se numa equação de retorno temporal esperado do ponto de vista individual, onde são levados em conta os custos decorrentes da migração e os ganhos esperados na região de origem e de destino, ambos ponderados pela renda esperada e pela probabilidade de ser empregado em cada uma das regiões envolvidas no processo de decisão. Sempre que o retorno esperado for positivo, o indivíduo irá optar pela migração, já que os benefícios esperados no local de destino seriam maiores do que na região de origem.

Já na perspectiva histórico-estrutural, a conjuntura econômica, social e política, portanto uma visão mais macro de seu próprio cenário, é avaliada pelo indivíduo. A migração seria uma decorrência das diversas disparidades entre as regiões. Segundo esses modelos, as

áreas mais prósperas tenderiam a atrair os migrantes das regiões onde houvesse recessão econômica. Assim, para Singer (apud OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2011, p. 13):

[...] o problema central estaria relacionado com as desigualdades regionais, que seriam o motor das migrações internas. No lugar de origem, surgiriam os fatores de expulsão, que se manifestariam de duas formas: fatores de mudança— determinados pela introdução de relações de produção capitalistas, aumentando a produtividade do trabalho, gerando uma redução do nível do emprego. Com isso, expulsa camponeses e pequenos proprietários. Geram fluxos maciços de emigração, reduzindo o tamanho absoluto da população rural; e fatores de estagnação — associados à incapacidade de os agricultores, em economia de subsistência, aumentarem a produtividade da terra.

[...] no lugar de destino estariam os fatores de atração, que orientariam os fluxos e os locais para onde se destinariam. O principal fator de atração seria a demanda por força de trabalho, também entendida como “oportunidades econômicas”. No local de destino, a emigração produzida pelos fatores de mudança teria uma melhor probabilidade de sucesso e mobilidade social.

Além dos motivos por ora apresentados, esta pesquisa teórica feita a partir da temática da “Migração de retorno”, apresenta também um outro prisma motivacional desses deslocamentos, pois, além do valor material que está imbuído nesse movimento de saída e posteriormente de retorno, também há o seu valor simbólico contido na força das lembranças; na importância das raízes, na afetividade com o lugar de origem; no qual foram construídas relações que, quando recordadas, não remeterão a outro lugar que não o seu, o seu lugar.

Dessa forma, o tema migração de retorno, portanto, não pode estar separado de razões profissionais e pessoais por seus mais diversos atores, dado que essa movimentação, muitas vezes, está envolta em uma mistura de causas que vão do âmbito material ao simbólico,

por isso é evidente a complexidade das diversas motivações que levam aos consideráveis registros recentes desse tipo de migração no Brasil.

Por outro lado, a análise dos contextos sócio-históricos permite compreender, de certa maneira, as motivações e dinâmicas, sejam sociais ou econômicas de um universo social, nesse caso, o processo de migração, fenômeno bastante mutante e variado, tomando como objeto de estudo a sociedade nordestina brasileira, permitindo entender as variáveis da mobilidade de retorno, que os integrantes dessa região têm protagonizado à terra natal.

Nota-se que determinadas variáveis exercem significação em uma decisão dessa natureza, pois paralelamente ao incremento na atividade econômica, principalmente via mercado de trabalho e programas sociais dos últimos anos, elementos que, em um primeiro momento, podem ser favoráveis à permanência do nativo em sua terra, persistem fatores expulsivos estruturais, como atômidade das propriedades agrícolas, concentração de terras e quase nulo acesso à irrigação e capacitação técnica, fatores esses que devem ser elencados para explicar a evasão da região, bem como a migração dentro de cada Unidade da Federação (UF) nordestina.

De acordo com Simmons (1991), os estudos sobre deslocamentos populacionais desde muito tempo vêm despertando o interesse de várias áreas do conhecimento, sendo, portanto, refletivo com base em diversos olhares. Todavia essas abordagens estariam gerando um paradoxo: os estudos derivados da Antropologia, Demografia, Economia, Sociologia, História e Geografia estenderam seus domínios de interesse, cobrindo um leque amplo de padrões histórico e contemporâneo dos movimentos de população.

Contudo os modelos explicativos existentes seriam aplicáveis a contextos particulares ou preocupações conceituais, apresentando certa incapacidade de integrar às diversas formas de manifestação do fenômeno migratório, ambientes históricos e perspectivas

disciplinares. Justamente dentro dessa limitação e lacuna dos estudos sobre os fenômenos migratórios, particularmente no fenômeno conhecido como migração de retorno, que este trabalho procura atuar, de modo a buscar uma melhor compreensão da dinâmica, das motivações e das consequências desse fenômeno social recente na história do Brasil, haja vista que seus primeiros números, com relativa expressividade, foram registrados apenas na década de 1980.

Essa equação ainda apresenta diversos outros aspectos como, por exemplo, características negativas próprias das grandes metrópoles, o que funcionaria como fatores expulsos, como aumento da violência e altos custos de vida; ou mesmo fatores lúdicos intrínsecos ao migrante, como segurança familiar ou mesmo laços sociais, ou mesmo com a terra natal; além de mudanças que possam ter ocorrido na cidade de origem, funcionando assim como fatores atrativos à região nordestina.

Dessa forma, é bastante recomendável cautela na análise de motivações preliminares, pois, antes de qualquer análise que possa ser feita, trata-se da manifestação de um fenômeno que, no aspecto primeiro, está ligado à necessidade de sobrevivência do ser humano, o que naturalmente exala sua complexidade e que obviamente deve ser estudado para que análises e, se for o caso, intervenções sejam feitas de modo a sempre se considerar suas consequências em todos os aspectos.

3.2 Os fluxos migratórios no Brasil

O deslocamento de populações sempre ocupou papel de destaque na história brasileira, basta lembrar-se de transições de ciclos econômicos como o da cana-de-açúcar para o ouro; ou do fenômeno das bandeiras, mineração mais a oeste do país e até mesmo extração de látex na região amazônica. Entretanto foi no século XX que a migração foi de fato determinante e propiciou profundas transformações nacionais, primordialmente contribuindo decisivamente para o

processo de urbanização. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), somente na década de 1960 é que a população urbana superou a rural. Nesse sentido, Brito (2009, p. 14) explica desta forma essa alteração população rural *versus* urbana:

[...] era a própria sociedade brasileira que se transformava cada vez mais em urbana, tornando irreversível a hegemonia das cidades, não só como o *locus* privilegiado das atividades econômicas e da residência da população, mas, também, como centro de difusão dos novos padrões sociais – inclusive as relações de produção – e de estilos de vida. Era o Brasil moderno, urbano-industrial, que se sobrepunha ao Brasil agrícola tradicional, gerando uma síntese singular, muito além de qualquer dualismo: desenvolvimento econômico e modernização social, com fortes desequilíbrios regionais e agudos desequilíbrios sociais.

O deslocamento populacional tomou uma proporção gigantesca e fez com que a população nacional fosse redistribuída, principalmente do campo para as cidades, entre os estados e entre as diferentes regiões do Brasil. A principal zona emissora populacional era a região nordeste do país, principalmente das localidades mais afastadas ou que possuíam menor infraestrutura e, portanto, menores condições de sucesso profissional e social, e os principais polos de atratividade desses migrantes eram os aglomerados metropolitanos de São Paulo e Rio de Janeiro, já, à época, as principais cidades do país. Nesse sentido, ainda conforme Brito (2009, p. 15) essa caracterização ocorreu da seguinte forma:

Essa era a grande característica do padrão migratório que prevaleceu até os anos oitenta: o desenvolvimento da economia e da sociedade abria caminhos para a articulação da mobilidade espacial, ou da migração, com a mobilidade social. Mudar de residência com a família para um outro município ou estado era uma opção social consagrada pela sociedade e pela cultura, estimulada pela economia e com a possibilidade de se obter êxito na melhoria de vida. Tudo, de acordo com o paradigma e com as teorias: a migração era racional e necessária para o

indivíduo que migrava, em particular, e positiva e funcional para o desenvolvimento da economia e modernização da sociedade.

Apesar de todo o cenário exposto, já na década de 80, o país iniciava sinais de transição. A redução do crescimento econômico e a desconcentração espacial da atividade industrial ocorrida nos polos de atração enfraqueceram os fluxos migratórios, advindos principalmente do Nordeste e de Minas Gerais. Entretanto a inércia e a ilusão migratórias continuaram atuando e alimentando os centros urbanos com imigrantes que agora não eram mais absorvidos pelo mercado formal de trabalho, mas sim pela informalização. A violência urbana, as dificuldades de acesso aos serviços públicos e principalmente o desemprego, considerando que então o mercado de trabalho estava saturado, passaram a atuar como externalidades negativas e consequentemente a comprometer a ilusão migratória, e isso mudou severamente os padrões de deslocamento que vinham sendo apresentados, especialmente porque, na maioria dos casos, a certeza de uma ocupação profissional era a mola propulsora da maioria das migrações, atuando como fator determinante para o objetivo que era a tão sonhada vida melhor. Conforme cita Muniz (2002, p. 10):

No Brasil recente, de 1990 em diante, a predominância é da migração urbano-urbana, principalmente como decorrência da redução do estoque da população rural que foi responsável pela maior parte dos fluxos ocorridos no período 1960/80. Além da redução do fluxo migratório em direção aos grandes centros urbanos, outra tendência recente se refere à migração de retorno que vem ocorrendo para os considerados grandes reservatórios de força de trabalho, Minas Gerais e Nordeste.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, apresentam-se os dados coletados, sua análise, bem como as inferências e tendências do tema migração de retorno.

4.1 Os números recentes da migração nordestina

No que se refere à dinâmica populacional da região nordeste, é impossível não citar os fenômenos migratórios, precipuamente os de motivação econômica, ou até mesmo os de necessidade por falta de condições locais, como fator de destaque a ser considerado na história dessa região. Desde a colonização até os dias atuais, a multiplicidade e a complexidade dos fenômenos migratórios nordestinos estão em constante remodelamento. Nesse sentido, Ojima e Ricardo (2015) explicam essa dinâmica:

A Região Nordeste destaca-se como lócus privilegiado para análise de dinâmica migratória devido à intensidade com que os deslocamentos populacionais têm ocorrido nessa área, fato observado desde os registros oficiais mais antigos. Dados dos primeiros Censos Demográficos mostram que, ainda na segunda metade do século 19, o Nordeste era a região mais populosa do Brasil e sua população representava quase a metade dos habitantes do país. (OJIMA; RICARDO, 2015, p. 84).

As décadas finais do século XX reservaram ao Brasil uma mudança substancial em padrão migratório, reflexo direto de todo o panorama, sobretudo econômico e urbanístico a que o país atingia. O ritmo das taxas de urbanização já não era o mesmo, e a dinâmica espacial nas metrópoles de destino já refletiam que o sonho dourado de migrar para uma região mais desenvolvida estava longe de achar diferenças sociais ou melhoria de vida. Brito (2009), explicam essas mudanças:

A redução do ritmo da urbanização, assim como do crescimento das grandes cidades e aglomerados metropolitanos, refletem as transformações profundas pelas quais passaram a economia e a sociedade brasileiras. A intensa internacionalização da economia e a consequente reestruturação produtiva modificaram substancialmente o processo de acumulação de capital, mesmo sem ter alterado, substancialmente, os desequilíbrios

regionais e as desigualdades sociais. Todavia, a economia e a sociedade não exigiam mais uma transferência inter-regional do excedente populacional na forma como aconteceu no terceiro quartel do século passado. (BRITO, 2009, p. 16).

Conforme se apresenta no Gráfico 1, é notório que as mudanças na dinâmica populacional de migração no Brasil ao longo de sua história, evidenciadas especialmente após a década de 1980, influenciaram o redirecionamento desses deslocamentos interestaduais e na configuração que começaram a adquirir os fluxos de retorno aos estados de nascimento, os quais se intensificaram significativamente.

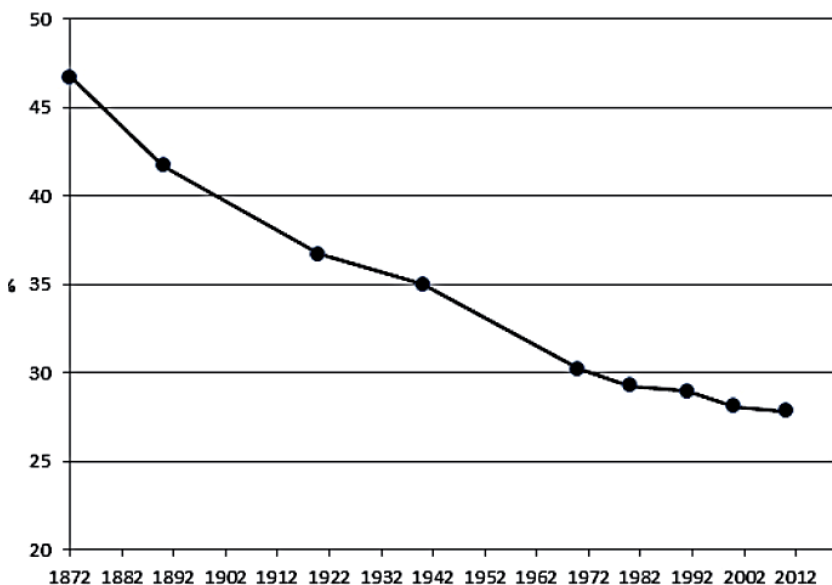


Gráfico 1 – Evolução da participação relativa (em %) da população residente na região nordeste, 1872 a 2010.

Fonte: Censos Demográficos (IBGE, 2010).

Conforme Lyra (2003), reduzem-se os fluxos em direção às áreas tradicionalmente receptoras e de maior desenvolvimento, situadas

no Sudeste do país, enquanto crescem os fluxos em direção às áreas tradicionalmente de maior evasão e menor dinamismo econômico, especialmente a região Nordeste.

Ao centrarmos as análises nos últimos 30 anos, período que tem sido caracterizado como de transição para novos padrões migratórios, passamos a focalizar os fluxos e não mais o estoque de migrantes. Aqui cabem destacar os saldos migratórios e a alternância dos destinos mais importantes para os emigrantes. A década de 1980 representou o momento de duas mudanças importantes: a diminuição do fluxo de emigrantes e o aumento do número de retornados para o Nordeste. Como consequência, o saldo migratório negativo diminuiu. Já na década de 1990, ao contrário da expectativa geral, o volume de migrantes aumentou nos dois sentidos, mas com maior intensidade entre os imigrantes, com destaque, mais uma vez, para a migração de retorno. Nos anos 2000 o volume de migrantes volta a diminuir, assim como o saldo migratório negativo. (OJIMA; RICARDO, 2015, p. 19).

A emigração diminuiu, conforme Tabela 2 e 3, porém o Nordeste continua a apresentar, de forma agregada, saldo migratório negativo importante, influenciando de forma relevante a distribuição da população pelo território nacional (OJIMA; RICARDO, 2015). Entretanto o cenário da economia nacional ainda não propiciou mínimas condições para a reprodução social da população em seu lugar de nascimento o que faz com que o nordestino continue a migrar, ainda que em volumes menores, aparentemente buscando novos lugares onde consiga, sobretudo, se inserir no mercado de trabalho. Apesar disso, pode-se dizer que, no cenário nordestino, mais recentemente há uma maior heterogeneidade de contextos migratórios, dado que, com a diminuição dos movimentos migratórios de longa distância, outros tipos de mobilidade passam a assumir maior destaque como, por exemplo, a migração de retorno, da qual tratamos de maneira detalhada à frente.

Tabela 2 – Imigrantes, por região de residência, segundo as respectivas regiões em 1995

Região	Imigrantes por região de residência				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Norte	–	86836	68186	22956	114773
Nordeste	182709	–	969435	31029	228247
Sudeste	75467	462628	–	214918	193274
Sul	26989	27897	205975	–	88952
Centro-Oeste	70271	70012	161276	61716	–

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Tabela 3 – Imigrantes, emigrantes e saldo líquido migratório, segundo as Grandes Regiões – 2000

Região	Imigrantes	Emigrantes	Saldo Migratório
Norte	355 436	292 751	62 685
Nordeste	647 373	1 411 421	(-) 764 048
Sudeste	1 404 873	946 286	458 587
Sul	330 618	349 813	(-) 19 195
Centro-Oeste	625 246	363 275	261 971

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Nota: Exclui os imigrantes vindos de países estrangeiros

O retorno dos nordestinos que emigraram para outros Estados do Nordeste ou para o Sudeste do país, especialmente para os Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, guarda marcante relação com as profundas transformações que a sociedade passou, tanto em um prisma macro, com as novas tendências do mercado de trabalho, como aspectos pertinentes a cada situação particular como aumento da violência nas regiões então receptoras ou dificuldade de colocação no agora mais seletivo mercado de trabalho e com diferenciados níveis e exigências de emprego. Entretanto, ao analisar a série histórica da Tabela 4, é verificável que, na primeira década do século XX, ocorreu

uma diminuição desse fenômeno, todavia o fenômeno migratório como um todo sofreu redução no período e jamais podemos negligenciar o fato de que, em números absolutos, esse número ainda é altíssimo e simboliza uma parcela bastante significativa de pessoas retornando à região nordeste.

Tabela 4 – Imigração de retorno ao nordeste – 1970 a 2010

Período	1970-1980	1980-1990	1990-2000	2000-2010
Retornados	136800	281056	294837	234651
Diferença %	–	105,45 %	4,90%	(-) 20,42%
Imigrantes	937184	835490	848002	541733
Diferença %	–	(-) 10,86	1,50%	(-) 36,11%

Fonte: Censos Demográficos (IBGE, 2010).

4.2 Motivos e motivações do retorno

A região Nordeste caracterizou-se no período entre a década de 1950 até o final da década de 1970 como uma região de forte emissão de migrantes rumo aos grandes centros, notadamente derivados de desconcentração econômica, amparado pelas políticas de incentivo ao investimento industrial no Nordeste, estas influenciam o comportamento da migração nordestina na década de 80, onde se destacam os fluxos de retorno (CUNHA; BAENINGER, 2000). Entretanto conforme visto, essa tendência exportadora de migrantes começou a sofrer sérias alterações em seu fluxo migratório, em especial devido às migrações de retorno que, conforme Ribeiro; Carvalho; Wong (1998) possuem importância evidenciada em fatores como as fracas taxas de crescimento econômicos das regiões receptoras, as alterações na pirâmide etária nordestina e os saldos migratórios negativos decrescentes.

Observa-se que poucos foram os estudos no sentido de saber que motivos incentivam essa migração de retorno, tanto que essa

problemática só apareceu na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, no ano de 2001. Considerando que a migração de retorno tratar-se-ia de um fenômeno de consequências incalculáveis, tanto econômica como socialmente para a região de retorno, analisou-se por meio de dados extraídos da pesquisa PNAD, bem como retornados quanto à motivação de novo deslocamento.

Nesse contexto, cumpre mencionar os reflexos das políticas públicas de planejamento urbano e regional, encetadas na região a partir da década de 70, que visavam a estruturar as cidades médias de forma que elas atuassem na redução das disparidades regionais através da interiorização do desenvolvimento e que absorvessem parte dos fluxos migratórios que se destinam às metrópoles . Sobre esse contexto, ressalta-se:

A estruturação desses centros contou com um célere processo de expansão de conjuntos habitacionais, cujas unidades financiadas pelo governo certamente acabaram atraindo migrantes internos e os de retorno. O caráter seletivo dos investimentos nos setores não-tradicionais (química, metalurgia, minerais não metálicos, papel e celulose) impôs à região uma feição diferente daquela caracteristicamente produtora de bens de consumo não-duráveis (cana-de-açúcar, algodão). Tal seletividade também teve rebatimentos no espaço nordestino devido à tendência de o movimento de industrialização convergir para as áreas que apressassem certos atributos (tamanho populacional, capacidade de articulação com outros centros de hierarquias distintas, etc.). Ao longo dessas décadas, tais modificações fazem surgir novas configurações regionais, de que são exemplo os espaços produtivos modernos como o complexo petroquímico de Camaçari (BA), o polo têxtil e de confecções de Fortaleza (CE), o complexo minero-metalúrgico de Carajás (MA), o polo agroindustrial de Petrolina (PE)/Juazeiro (BA), a fruticultura do Rio Grande do Norte e a pecuária intensiva no Agreste pernambucano. (OLIVEIRA; JANNUZZI apud ARAÚJO, 2000, p. 32)

Após essas observações, passa-se à análise da Tabela 5 a seguir, em que é possível ter uma melhor noção das motivações do fenômeno da migração de retorno. Como não poderia deixar de ser, os aspectos econômicos são extremamente relevantes e, por que não, determinantes, ainda mais quando levamos em conta a motivação do primeiro deslocamento, quando então já predominava o fator econômico dado que a imensa maioria dos nordestinos que rumaram às principais metrópoles, o fizeram atrás de oportunidades econômicas que lhes trouxessem melhores condições de vida. Ao verificarmos na tabela que, praticamente, um em cada cinco retornados elencaram o trabalho como motivo declarado de sua volta, evidenciamos então o caráter neoclássico de economia na qual se defende que os deslocamentos populacionais são motivados essencialmente por diferenças de potencial econômico entre regiões, e igualmente podemos elencar que muitas das ações citadas acima, no sentido de dinamizar a economia nordestina, surtiram efeitos positivos.

Por se tratar de uma pesquisa global entre faixas etárias e sexo, fica claro também o caráter familiar contido nesses deslocamentos; muitos contribuem com a migração ao acompanhar seus familiares, de modo a não desestruturar a família, um valor tipicamente paternalista e presente na cultura no nordestino. Interessante também considerar o fator moradia, especialmente porque a residência se consolida como uma forte dificuldade aos migrantes em grandes centros, os quais acabam morando em periferias extremamente distantes ou, em outras situações, não conseguem alcançar o aporte financeiro necessário para a conquista de um lar, obrigando-os a retornar à sua cidade de origem, onde o fator moradia não lhes é tão severo.

Tabela 5 – Imigração de retorno ao nordeste – 1970 a 2010; Distribuição dos Migrantes, por Principais Origens dos Fluxos de Retorno para o Nordeste, segundo Motivos Declarados para o Último Deslocamento Brasil – 2001. (Extrato)

MOTIVOS DECLARADOS	ORIGEM DO RETORNO	
	SP	RJ, ES e MG
Nº Absoluto	537.502	169.642
Total	100%	100%
Trabalho da Pessoa	22,2%	18,3%
Estudo da Pessoa	1,1%	1,4%
Saúde da Pessoa	3,2%	3,8%
Moradia	12,5%	12%
Acompanhar a Família	35,7%	39,1%
Dificuldade no Relacionamento Familiar	2,9%	4,9%
Outro	22,5%	20,6%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2001 (IBGE, 2010).

Nota: Extrato

Conforme dados do IBGE, entre 1997 e 2001, cerca de 248 mil pessoas retornaram ao Nordeste, motivados pelas crises econômicas que marcaram toda a década de 1990 e que aumentaram as dificuldades de inserção, ou mesmo de manutenção laboral, nos grandes centros urbanos. Nesse sentido, Brito (2009) explica desta forma essa alteração população rural versus urbana: e, assim, favoreceram a intensificação do retorno ao Nordeste. Nessa região, por sua vez, os reflexos das transformações econômicas regionais, como as acima aludidas, contribuíram ainda mais no direcionamento desses fluxos, embora o dinamismo econômico nordestino já apresentasse sinais de estagnação.

Com relação aos diversos fatores que podem vir a integrar a categoria “outros motivos” ressalta-se, como exemplo, a dificuldade de inserção laboral no local de residência anterior, seja pela elevada

competitividade do mercado formal, seja pela instabilidade do setor informal do mercado de trabalho. Além disso, o agravamento da violência nos grandes centros do Sudeste, manifestado no aumento das mortes por causas externas contra a pessoa – e, em especial, daquelas em idade economicamente ativa –, também deve ser outra razão subentendida dentro dessa categoria residual outros motivos (BRITO, 2009).

Acima de tudo, no âmbito da migração, torna-se necessário compreender o ambiente complexo e ainda pouco nítido em que esses fluxos se originam, movimentam-se e se transformam. Emigrar, retornar e reemigrar são movimentos quase que intrínsecos dos nordestinos dado ao grande rol de influências que esse povo recebe e da falta de solidez desenvolvimentista no local, o que faz com que sempre o nordestino esteja apto a deslocar-se em busca de melhores oportunidades ou de nova adaptação em um cenário que lhe surja. Assim, por meio da ampliação do entendimento desse cenário de migração de retorno, é possível traçar um prognóstico de tendências futuras dessa situação.

4.3 Tendências futuras desse movimento

Embasada nos dados anteriores, há clareza de que fluxos migratórios sempre existirão, o que na verdade tende a ocorrer é a diminuição da amplitude desses fenômenos, dado que avanços na área econômica, social, além de um estreitamento enorme na velocidade de comunicações e principalmente evoluções na prática gestão pública, tendem a influenciar todo o ambiente da Região e proporcionar outras alternativas às famílias até mesmo migrações dentro dos próprios Estados, onde hoje já existem polos de ensino e produção industrial e agrícola. O dinamismo econômico é cada vez maior, sendo assim oportunidades serão criadas e extintas a todo o

tempo. Entretanto criar mecanismos para fomentar essas atitudes por todo o território nacional é um desafio que, pouco a pouco, tende a ser vencido, criando assim melhores condições de trabalho e renda nas áreas próximas da origem de cada um. Nesse sentido Ojima e Ricardo (2015) fazem a seguinte reflexão:

A migração no Nordeste, pelos elementos acima apresentados, apresenta um interessante campo de pesquisa social. A recente dinâmica evidenciou a manutenção do Sudeste, especialmente São Paulo, como o principal destino dos migrantes inter-regionais. No entanto, dentro da própria região nordestina, o recente dinamismo econômico, a influência das políticas públicas de transferência de renda parecem ter influência na decisão de migrar. A retomada da busca pelos grandes centros, o retorno à região e a intensificação da migração entre as grandes áreas de cada UF devem agora ser explicadas sob a luz dos elementos, novos e outros nem tanto, trazidos resumidamente aqui. No âmbito dos domicílios, observa-se que a renda do trabalho perde importância relativa para as rendas de transferências. A maior autonomia dos municípios em contratar mão-de-obra, a redução no diferencial regional de renda e a expansão do setor de comércio e serviços são fatores que merecem sempre consideração em estudos migratórios. Por outro lado, vale ressaltar ainda a penúria vivida pelos ocupados no setor primário nordestino, atividade que ocupa quase 40% dos trabalhadores do interior, mas que ainda não recebe a atenção suficiente para atenuar o profundo e quase inalterado nível de desigualdade regional. (OJIMA; RICARDO, 2015).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face ao exposto nas sessões anteriores, considera-se que o ponto central desta temática é até que ponto o poder público pode se preparar para tais desdobramentos, dado que, por se tratar de dinâmismos populacionais, são movimentações complexas e extremamente

difusas, entretanto não se pode, de modo algum, negligenciar seus efeitos, dado que entender as características do movimento de retorno e todos os seus efeitos é de fundamental importância para políticas sociais e para o próprio desenvolvimento regional.

Dentro do objetivo em proposição, entendemos que o fenômeno de migração de retorno é de fato uma realidade brasileira, entretanto não vive fases agudas de ocorrência, considerando-se a variabilidade dos dados, mas é cada vez mais comum no universo brasileiro, fruto de uma realidade nacional de muita instabilidade política, econômica e social, o que atua como propulsor a esse tipo de ocorrência.

Dessa forma, é muito importante que sejam feitos os devidos acompanhamentos de maciços deslocamentos populacionais, como no caso da migração de retorno, sobretudo porque fenômenos como este expõem características importantes do cenário em questão seja estagnação econômica, seja diferença de oportunidades ou diferencial produtivo. Como uma expressão humana que não pode deixar de ser, a migração de retorno traz consigo inúmeros significados, como por exemplo, severa alteração na estrutura social regional e nas formas de interação de seus habitantes com o meio e, conforme as ideias de Ribeiro, Carvalho e Wong (1998), isto não deve jamais ser negligenciado pelas autoridades, estando de modo perene na agenda pública regional, necessitando inclusive de urgente redimensionamento de qualquer plano e/ou estratégia de desenvolvimento que não considere esse processo.

Salientamos ainda a importância que futuros estudos podem vir a trazer no tocante à interpretação desse fenômeno e como este se interrelaciona com a realidade social, pois a pluralidade de interpretações trazidas por esses retornados pode vir a somar tanto em aspectos econômicos como socioculturais. Entender resultados dessa dinâmica social é um novo desafio que por ora se apresenta a todos os atores sociais.

Importante ressaltar aqui uma determinante limitação deste estudo, pois, já que este está baseado em amostras censitárias do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística, que, por sua vez, não ocorrem em intervalos pequenos, em média de três a cinco anos, não podemos descartar a hipótese de que os dados apresentados podem apresentar severas discrepâncias, sobretudo no sentido de estabelecer um potencial aumento no número de pessoas que praticaram essa modalidade de migração, dado que podem ter migrado e retornado dentro de um intervalo entre pesquisas, não constando assim na relação de retornados.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T. B. Industrialização do Nordeste: intenções e resultados. In: _____. *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000. p. 143-54.

BRITO, F. *As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes*. Texto para discussão. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

CUNHA, A. S. Migração de retorno num contexto de crises: mudanças e novos desafios. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS (ABEP), 22., Caxambu, MG. *Anais...* Caxambu: ABEP, 2000.

CUNHA, J. M.; BAENINGER, R. *A migração nos estados brasileiros, no período recente: principais tendências e mudança*. Belo Horizonte: ABEP, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo demográfico 2010: primeiros resultados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00>>. Acesso em: mar. 2016.

LEE, Everett S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, Hélio A. (Org.). *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980

MUNIZ, J. O. *Um ensaio sobre as causas e características da migração*. Mimeo. 2002.

OJIMA, F.; RICARDO, W. *Migrações nordestinas no Século 21 – um panorama recente*. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2015.

OLIVEIRA, A. T. R. *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*. Brasília: IBGE, 2011.

RIBEIRO, J. T. L; CARVALHO, J. A. M; WONG L. R. *Migrações de retorno: algumas possibilidades de mensuração*. Rio de Janeiro: UFF, 1998.

SIMMONS, A. B. Explicando la migración: la teoría en la encrucijada. *Estudios Demográficos y Urbanos*, México, v. 6, n. 1, p. 5-31, jan./abr. 1991.